



Agosto, 17 2026

Entrevista à advogada Alexandra Soares: “Falta transparência nos actos de gestão urbanística” da Câmara de Lagos sobre projecto de hotel na Meia Praia

“Foi-nos recusada a consulta quando a pedimos pela primeira vez, em Fevereiro deste ano. Voltámos a pedir a consulta e apenas recebemos resposta favorável há dois dias e depois de muita persistência”, lembra Alexandra Soares, presidente da Direcção da ‘Associação Miradouro da Luz’ e apoiante do ‘Movimento Saving Meia Praia’. “Dissemos que caso não nos fosse dada autorização, teríamos de recorrer a tribunal para conseguir ver as plantas e procedimento”, avisa, nesta entrevista exclusiva ao ‘Litoralgarve’, a advogada.

E aproveita para deixar recados aos sucessivos executivos camarários de Lagos por não terem usado “toda a sua competência para restringir a construção em zonas que, evidentemente, deveriam estar libertas de edifícios”, a poucos metros de distância do areal da Meia Praia. Houve “maus juízos políticos”, acusa Alexandra Soares, lamentando, também, a inércia, com “falta de coragem política”, da Administração Central sobre a ocupação do litoral algarvio.

José Manuel Oliveira



Meia-Praia/Lagos

Litoralgarve – Como decorreu a reunião realizada no dia 30 de Julho, em defesa da Meia-Praia, na zona de Lagos? O que disseram os populares presentes no encontro?

Alexandra Soares – Os organizadores da reunião, designadamente os fundadores do ‘Movimento Saving Meia Praia’, ficaram muito satisfeitos com a quantidade de

peessoas que compareceu na reunião do passado dia 30 de Julho. Sei mesmo que as suas expectativas foram superadas. No essencial, os populares manifestaram a sua indignação pela continuidade da construção na costa portuguesa e em especial no Algarve.

“Erros do passado continuam a ser praticados” ao nível urbanístico em Lagos

“O poder local continua a promover a ocupação das zonas costeiras, atropelando o ambiente, a beleza das praias e arribas, destruindo ‘habitats’ e provocando a erosão das zonas costeiras, aniquilando áreas naturais e ignorando as alterações climáticas.”

“Houve mesmo quem transmitisse a ideia de que até a praia nos querem tirar.”

“Estamos todos cansados de tanta construção grande com prejuízo de zonas específicas.”

Prosseguindo:

– Erros do passado continuam a ser praticados. Lagos era conhecida por estar ainda um pouco livre do excesso de grande construção. Mas nos últimos anos está já a ficar descaracterizada e o poder local continua a promover a ocupação das zonas costeiras, atropelando o ambiente, a beleza das praias e arribas, destruindo ‘habitats’ e provocando a erosão das zonas costeiras, aniquilando áreas naturais e ignorando as alterações climáticas. Houve, também, quem se lembrasse das tradições da população de Lagos em eventos da Meia Praia, que em toda a sua extensão era usada para eventos populares e festas populares. O apelo da população é que se faça o que for possível para manter os espaços naturais da cidade e que lhe dão a sua beleza característica. Também se falou na ausência de equipamentos colectivos e culturais. No fundo, a ideia transversal que pairou é que estamos todos cansados de tanta construção grande com prejuízo de zonas

específicas, as quais, pela sua localização e especificidade, deveriam ser melhor aproveitadas para benefício da população. Houve mesmo quem transmitisse a ideia de que até a praia nos querem tirar.

E acrescenta:

– Chamo a atenção de que este Movimento [Saving Meia Praia] é um Movimento coordenado por um grupo de cidadãos independente da Associação Miradouro da Luz, associação a que presido. Este grupo, em defesa da Meia Praia, contactou-me para que os representasse juridicamente e lhes prestasse assistência jurídica. Foi, no entanto, decidido que a Associação Miradouro da Luz iria cooperar com este grupo de cidadãos, pelo que recusei a intervenção como advogada do grupo.

Neste momento, é o grupo de cidadãos ‘Saving Meia Praia’ que maioritariamente gere e organiza as acções de defesa da Meia Praia, mas em colaboração com a Associação Miradouro da Luz. Naturalmente, o meu ‘know-How’, que vem da minha profissão, em especial na área do ambiente e urbanismo, é usado ao máximo, mas a Associação Miradouro da Luz e o Movimento em defesa da Meia Praia são assessorados juridicamente por uma equipa legal independente de mim.

“Desconhecemos a existência de avaliações ambientais no âmbito da ocupação de zonas de dunas e limítrofes, e em concreto deste projecto.”

“Não conseguimos compreender como é que os sucessivos executivos camarários não usaram toda a sua competência para restringir a construção em zonas que evidentemente deveriam estar libertas de edifícios. É falta de vontade porque mecanismos legais são mais que muitos. Tratou-se claramente de maus juízos políticos.”

Litoralgarve – Quais serão as repercussões pela prevista construção de um hotel, ao que se sabe com três andares e uma cave, perto da zona das Dunas Douradas?

Alexandra Soares – Essa é uma resposta que devia ser dirigida a quem aprovou o hotel com a densidade pretendida. Desconhecemos a existência de avaliações ambientais no âmbito da ocupação de zonas de dunas e limítrofes, e em concreto deste projecto.

Naturalmente, essa resposta tem um teor científico, cujo conteúdo tem de ser claro e transparente. E vamos procurar essa resposta. Para já podemos apenas dizer que nos parece evidente que a zona em questão pela sua importância para a cidade deveria ter sido objecto de um planeamento muito mais rigoroso do que aparenta ter sido. Não conseguimos compreender como é que os sucessivos executivos camarários não usaram toda a sua competência para restringir a construção em zonas que evidentemente deveriam estar libertas de edifícios. É falta de vontade porque mecanismos legais são mais que muitos. Tratou-se, claramente, de maus juízos políticos. Não se tratou do bem colectivo, de Lagos e das pessoas. E também nos preocupa a qualidade das praias, já que é de conhecimento geral que o equipamento de saneamento básico está sobrecarregado e tanta construção tão grande aumentará obviamente a sobrecarga.

“Há, de facto, uma falta de transparência por parte do município e dos departamentos técnicos que, para já, me dão a transmitir a mensagem de que o assunto é algo que não deve ser de conhecimento público.”

“Penso que o facto de estar ainda em tramitação é o argumento que utilizam, apesar de descabido. Mesmo quando tivemos uma reunião com a arquitecta da Câmara, gestora do processo, tivemos alguma dificuldade em ver detalhes e não pudemos tirar fotografias.”

Litoralgarve – O que sabe em concreto deste projecto? O que viu, e quando, na planta a que teve acesso na Câmara Municipal de Lagos? Que impacto terá?

Alexandra Soares – Foi-nos recusada a consulta quando a pedimos pela primeira vez, em Fevereiro deste ano. Voltámos a pedir a consulta e aguardamos resposta. Tivemos que dizer que caso não nos fosse dada a autorização, teríamos de recorrer a tribunal para conseguir ver as plantas e procedimento. Há, de facto, uma falta de transparência por parte do município e dos departamentos técnicos nos actos de gestão urbanística com esta importância que, para já, me dão a transmitir a mensagem de que o assunto é algo que não deve ser de conhecimento público. Penso que o facto de estar ainda em tramitação é o argumento que utilizam, apesar de descabido. Mesmo quando tivemos uma reunião com a arquitecta da Câmara, gestora do processo, tivemos alguma dificuldade em ver detalhes e não pudemos tirar fotografias.

Litoralgarve – E o que vai ser feito a partir de agora pelos participantes nesta reunião e pelo Movimento criado em defesa da Meia-Praia?

Alexandra Soares – Parece-me que o Movimento está a crescer e está convicto de que valerá a pena fazer tudo o que tiver ao seu alcance para tentar travar a execução da obra. Há um grupo já muito organizado de muitas pessoas com muitas ideias e energia ativista e estão cheias de vontade em contribuir para uma estratégia de defesa. A contribuição de todos é essencial porque, infelizmente, a luta contra interesses instalados é exasperante, por vezes, exigindo muita força e união.

“Enquanto a obra não estiver consolidada haverá hipótese de fazer o que deve ser feito para evitar a sua execução. Não conseguimos entender como é que

uma obra tem início sem sequer estarem as especialidades aprovadas, isto, numa obra desta envergadura.”

Litoralgarve – Qualquer tomada de posição poderá chegar tarde?

Alexandra Soares – Na nossa opinião, enquanto a obra não estiver consolidada haverá hipótese de fazer o que deve ser feito para evitar a sua execução. Não conseguimos entender como é que uma obra tem início sem sequer estarem as especialidades aprovadas, isto, numa obra desta envergadura. No caso, a Câmara Municipal de Lagos considerou haver justificação para o este início tão antecipado. No entanto, não compreendemos os fundamentos. Não nos convenceram. E uma das coisas que pretendo confirmar quando consultar o processo é se a requalificação da lagoa [situada nas proximidades – n.r.d.] está já no âmbito dos trabalhos que foram iniciados e se já há parecer da Associação Portuguesa do Ambiente (APA) para esta requalificação que tem um procedimento independente, apesar de em conexão com os trabalhos do hotel. Não conseguimos ainda esta explicação e esta informação.

“A maior culpa é da Câmara Municipal de Lagos, que optou por não usar as suas competências de planeamento no interesse da cidade. Não o fez quando aprovou o Plano de Urbanização da Meia Praia e não o fez quando alterou o loteamento.”

“Também há culpa da Administração Central que protela a aprovação de instrumentos de gestão territoriais, os quais visam a protecção da costa.”

“Há muitos interesses económicos dos promotores imobiliários e de alguns proprietários que invocam direitos adquiridos. Naturalmente estes pretendem maximizar os seus investimentos.”

“Não posso criticar os promotores imobiliários, de todo, a não ser que ultrapassem os limites da lei e adotem práticas de corrupção, cuja percepção é alta em Portugal, como sabemos.”

“Mas os direitos adquiridos não são absolutos e existem razões ponderosas e de maior que justificam a sua restrição. E o próprio Regulamento Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial prevê a possibilidade de restrição.”

Litoralgarve – Quem será o responsável pela concretização daquele projecto? De quem é a culpa?

Alexandra Soares – Na nossa opinião, a maior culpa é da Câmara Municipal de Lagos, que optou por não usar as suas competências de planeamento no interesse da cidade. Não o fez quando aprovou o Plano de Urbanização da Meia Praia e não o fez quando alterou o loteamento. Também há culpa da Administração Central que protela a aprovação de instrumentos de gestão territoriais, os quais visam a proteção da costa. Há muitos interesses económicos dos promotores imobiliários e de alguns proprietários que invocam direitos adquiridos. Naturalmente estes pretendem maximizar os seus investimentos. Não posso criticar os promotores imobiliários, de todo, a não ser que ultrapassem os limites da lei e adotem práticas de corrupção, cuja percepção é alta em Portugal, como sabemos. Mas, reforço, os direitos adquiridos não são absolutos e existem razões ponderosas e de maior que justificam a sua restrição. E o próprio Regulamento Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial prevê a possibilidade de restrição. É uma questão de proporcionalidade e necessidade. Por exemplo, a entrada em vigor do POC – Programa de Ordenamento da Orla Costeira tem sido protelada indefinidamente por falta de coragem política e por cedências que vão sendo feitas, segundo cremos. Este POC já podia estar em vigor, é uma imposição legal a sua aprovação e vai contribuir muito para a proteção de zonas costeiras.

“O Ministério Público tem o dever de representar o Estado na protecção do ambiente e de zelar pelo cumprimento da lei, investigando e até propondo acções administrativas.”

“Todos sabemos que o Ministério Público é uma instituição que, actualmente, tem poucos recursos humanos e outras dificuldades que fazem com que, na sua prática corrente, os magistrados estejam desatentos a estas questões. Mas tem havido evolução favorável.”

Litoralgarve – Uma queixa ao Ministério Público de Lagos, alegando eventual falta de transparência, como já se fala, poderia ajudar a travar o processo?

Alexandra Soares – O Ministério Público tem o dever de representar o Estado na protecção do ambiente e de zelar pelo cumprimento da lei, investigando e até propondo acções administrativas. Todos sabemos que o Ministério Público é uma instituição que, actualmente, tem poucos recursos humanos e outras dificuldades que fazem com que, na sua prática corrente, os magistrados estejam desatentos a estas questões. Mas tem havido evolução favorável.

Litoralgarve – Como encara o futuro da Meia-Praia?

Alexandra Soares – Infelizmente, penso que corremos bem o risco de perder o ‘ex-líbris’ da cidade e a sua beleza natural.

Litoralgarve – E quem é a senhora Rebecca Williams, que lançou este Movimento em defesa da Meia-Praia, na zona de Lagos?

Alexandra Soares – Tem nacionalidade americana e sei que está integrada. E defende Lagos como muitos outros deveriam defender.

“Constituímos a Associação Miradouro da Luz, em 2008, com o objectivo de defender espaços verdes e urbanos de Lagos e em especial da Luz.

Considerávamos que Lagos ainda estava preservada de construção na sua linha de costa, mas sabíamos da proliferação de pedidos de licenciamento à construção.”

“Na altura, focámos a nossa luta contra a construção de um hotel de 6-7 andares no topo do morro a que chamamos Cerrinho do Caracol e conseguimos a sua qualificação como zona verde. Chorei de alegria quando recebi a carta da Câmara Municipal de Lagos com essa qualificação.”

“Temos sempre muito apoio de muitas pessoas. Confesso que ser activista é muito desafiante, nos faz questionarmos muito sobre a razão, porque nos envolvemos tanto em assuntos e estamos dispostos a ter tantos contratempos.”

Litoralgarve – A senhora faz parte da Associação Miradouro da Luz, nesta freguesia do concelho de Lagos. O que tem sido feito nesse sentido em defesa do ambiente? Que construções já foram evitadas?

Alexandra Soares – Constituímos a Associação Miradouro da Luz, em 2008, com o objectivo de defender espaços verdes urbanos de Lagos e em especial da Luz. Considerávamos que Lagos ainda estava preservada de construção na sua linha de costa, mas sabíamos da proliferação de pedidos de licenciamento à construção. Na altura, focámos a nossa luta contra a construção de um hotel de 6-7 andares no topo do morro a que chamamos Cerrinho do Caracol e conseguimos a sua qualificação como zona verde. Chorei de alegria quando recebi a carta da Câmara Municipal de Lagos com essa qualificação.

Posteriormente, temos intervindo na luta contra outros projectos de construção massiva ao longo da costa da Vila da Luz. Temos algumas acções judiciais pendentes e sempre que achamos necessário desencadeamos acções de sensibilização pública sobre o objecto da nossa luta.

Litoralgarve – E como reage a população?

Alexandra Soares – Temos sempre muito apoio de muitas pessoas. Confesso que ser activista é muito desafiante, nos faz questionarmos muito sobre a razão em nos envolvermos tanto em assuntos que não nos afetam diretamente e estarmos dispostos a ter tantos contratempos. Mas a verdade é que o ambiente urbano e paisagístico está diretamente ligado à qualidade de vida e também com a dignidade humana. E se é verdade que a generalidade das pessoas tem problemas sérios na sua vida que as levam a desvalorizar este tipo de questões, também é verdade que atualmente é exigível que o poder político e em especial o local zeze por uma boa organização das cidades em que vivemos. Isto ainda que grande parte da população possa eventualmente desvalorizar o tema.

“Somos objecto de ameaças, constrangimentos, maus dizeres e maus tons, críticas e chegamos a ser odiados por alguns, uma sensação que preferia não sentir.”

“Há sempre quem se manifeste de uma forma muito rude e mal-educada.”

“Felizmente, temos já um quadro legislativo muito vasto de protecção do ambiente e existem sempre muitas pessoas que apelam à nossa intervenção, prestando apoio e exigindo que façamos algo.”

Litoralgarve – Que contratempos e obstáculos sente?

Alexandra Soares – Sofremos ameaças, passamos por constrangimentos variados, somos objeto de maus dizeres e maus tons, críticas e chegamos a ser odiados por alguns, uma sensação que preferia não sentir. Mas há sempre quem se manifeste de uma forma muito rude e mal-educada. Pode ser mesmo muito desagradável. Depois, temos, claro, pouco apoio das instituições públicas.

“Sinto que, na maioria das vezes, os serviços públicos tomam partido do promotor imobiliário e reagem connosco como se fosse uma luta de partes.”

“Tenho grande capacidade de sacrifício e supero as injustiças se estiver convicta da minha razão, ainda que beneficie pouco.”

“O meu pai era um altruísta. A minha mãe não tanto, mas muito teimosa e lutadora, uma mulher de armas. Acho que misturei tudo em mim e sou incapaz de me calar se sinto que posso fazer algo. E nunca me arrependi do que fiz. Sempre aprendi muito.”

Litoralgarve – A que nível?

Alexandra Soares – Sinto que, na maioria das vezes, os serviços públicos tomam partido do promotor imobiliário e reagem connosco como se fosse uma luta de partes. Felizmente, temos já um quadro legislativo muito vasto de protecção do ambiente e existem sempre muitas pessoas que apelam à nossa intervenção, prestando apoio e exigindo que façamos algo.

E aproveita para sublinhar:

– Por fim, costumo dizer que há coisas que não se explicam, são porque são e eu sou assim porque sou. Tenho grande capacidade de sacrifício e supero as injustiças se estiver convicta da minha razão, ainda que beneficie pouco. O meu pai era um altruísta. A minha mãe não tanto, mas muito teimosa e lutadora, uma mulher de armas. Acho que misturei tudo em mim e sou incapaz de me calar se sinto que posso fazer algo em defesa dos valores que acredito. E nunca me arrependi do que fiz. Sempre aprendi muito. O trabalho e as reivindicações da Associação Miradouro da Luz podem ser seguidos no seu ‘site’ <https://www.associacao-miradouro-luz.org/>